

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO: MODELO ECOLÓGICO DO ABUSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Victoria Gabrielle Lidchi¹

INTRODUÇÃO

Quanto mais estudos e pesquisas são realizados, mais se aprende sobre a complexidade interativa e contextual do abuso de crianças e adolescentes e, se tem apontado modelos explicativos, os quais são necessários a fim de entender a complexidade do processo de abuso para poder planejar e implementar estratégias de intervenção efetivas.

Dentre os vários modelos explicativos, iremos descrever o modelo ecológico.

Modelo ecológico do desenvolvimento:

Bronfenbrenner concebe o sistema ecológico da criança composto por três elementos:

- Os micro-sistemas – família e escola, sistemas nos quais a criança está diretamente envolvida;
- Os exo-sistemas – o trabalho dos pais, por exemplo, que afetam o bem estar das crianças;
- Os macro-sistemas – a cultura, o contexto e a sociedade em que a criança vive.

Tal modelo ecológico agrupa e permite a investigação da interação entre várias variáveis de influência, como as dos níveis individuais, genéticos, biológicos, psicológicos e do sistema familiar (Belsky,1980,1993; Bronfenbrenner, 1979; Gabarino, 1982). Estas variáveis podem agir como fatores capacitantes (protetoras) ou como fatores limitantes (riscos) do desenvolvimento humano.

Estes fatores podem estar presentes na família extensiva, no meio ambiente escolar, ou na relação entre diferentes sistemas (meso sistemas), assim como na vizinhança ou comunidade (exo-sistema) ou nos sistemas mais abrangentes culturais ou sociais (macro-sistemas). Vários fatores em cada um destes sistemas irão influenciar a habilidade dos pais de prover as necessidades econômicas, físicas, ou do desenvolvimento emocional e cognitivo de sua criança.

Em muitas culturas a qualidade da relação e interações entre os pais e a criança é crucial para um desenvolvimento saudável em todas estas áreas.

¹ Dra Victoria Lidchi, psicóloga clínica e comunitária e terapeuta familiar, mestrado e saúde pública membro da ISPCAN (International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect, autora do livro (*Maus-tratos e proteção de crianças e adolescentes: uma visão ecossistêmica*) Instituto Noos. Rio De Janeiro 2010, mais de 25 artigos publicados em Inglês, Espanhol e Português incluído *A importância das relações familiares no desenvolvimento das dificuldades dos adolescentes: implicações para intervenções eficazes*, Adolescência e Saude 2013 e *How can services be improved to effectively address the mental health of vulnerable children and young people* Child Abuse & Neglect, (2021)

Na medida em que o foco da avaliação nos casos de abuso ou negligência é sobre a relação entre os pais e a criança e outros relacionamentos familiares, torna-se importante entender as influências destas outras variáveis dos sistemas, para as finalidades de intervenção.

CICLOS DE VIOLÊNCIA

A complexidade destes fatores na criação dos filhos também causa um impacto na transmissão da violência entre as gerações. A revisão de pesquisas sugere que este impacto é menor do que se pensava anteriormente (Herzberger, 1996). Os dados de estudos retrospectivos nas famílias nas quais ocorrem violência são altos, no entanto, os dados de estudos prospectivos que acompanham as vítimas de violência indicam uma menor taxa de transmissão, às vezes de somente 30% em alguns estudos. Se a violência é ou não transmitida de uma geração à outra dependerá de vários fatores de risco ou de proteção.

As relações sociais, fatores econômicos ou normas sociais podem ser exemplos de fatores que podem atuar como inibidores ou estimulantes do estresse nos diferentes níveis do contexto.

RISCOS E INTERVENÇÃO

Desde que a Organização Mundial de Saúde, em 1999, recomendou uma perspectiva de saúde pública nos casos de violência contra mulheres e crianças, muito se tem falado de prevenção, mas a realidade é que muito mais se tem feito na área de intervenção.

As intervenções geralmente, ocorrem quando existe algum “dano” que tenha “significativamente” alterado o desenvolvimento da criança ou adolescente. Os objetivos das intervenções são descritos por Adock & White (1998).

- 1- Prevenir que outros danos continuem a ocorrer, protegendo a criança ou adolescente.
- 2- Minimizar os efeitos dos maus tratos ou abusos que já tiveram ocorrido ou estímulos que desencadeiam o estresse nos diferentes níveis do contexto.

Avaliação da situação da criança e do adolescente

Uma avaliação cuidadosa é essencial para o planejamento de intervenções preventivas e ou remediatistas e necessita da análise do:

1. Equilíbrio entre os fatores de risco e de proteção nos diferentes sistemas;
2. Efeito associado entre os fatores de riscos;
3. Conjunto de fatores associados às situações de maior risco (Intebi & Osnajanski, 2003);
4. Conjunto de necessidades de crianças e adolescentes que são o foco da intervenção, sejam essas resultantes do abuso, assim como associadas às vulnerabilidades da própria criança e do adolescente (como exemplo, transtornos mentais ou físicos);

5. Panorama de reações, recursos e vulnerabilidades da pessoa que cuida ou protege e que não é o abusador (quando existe esta pessoa).

Quando já se sabe da ocorrência ou há grande possibilidade de abuso ou maus tratos infantis, existem fatores que devem ser mais bem examinados, tais como:

1- Fatores da criança ou Adolescente

- Ser criança menor de três anos ou pré-escolar pois não saem muito de casa e tem uma habilidade limitada de se expressar, tem maior possibilidade de sofrer agressões;
- Distúrbios de conduta e problemas na criança ou adolescente, uma vez que interferem no relacionamento entre os pais, familiares, a escola ou os amigos;
- Crianças ou adolescentes com transtornos mentais ou físicos e que estão mais vulneráveis ao abuso;
- Adolescentes com comportamentos aditivos ou dependência de drogas-álcool.

2- Fatores dos Pais ou da Família

- Pais com problemas mentais incapacitantes ou com transtornos de aprendizado;
- Pais adolescentes e sem apoio social;
- Pais com problemas de drogas ou álcool;
- História de agressão na família (como violência entre o casal) ou na pessoa que cuida da criança;
- Histórias de violência doméstica ou problemas de ligação emocional na família que não foram bem solucionados pelas vítimas e/ou que foram distorcidos da realidade, por exemplo, a ausência de bons modelos de “ser pai” ou “ser mãe”;
- Dificuldades do apego (ligação emocional) da pessoa que cuida (mãe, pai ou responsável) com a criança ou adolescente.

3- Fatores relacionados ao histórico do abuso ou maus tratos

- A cronicidade e a duração dos maus tratos e abusos, e se estes estão ocorrendo há muito tempo, sem intervenção;
- A natureza das lesões, incluindo sua localização no corpo da criança ou adolescente (por exemplo: a cabeça ou órgãos genitais versus o dorno das pernas);
- Se já existem ocorrências prévias de maus tratos ou negligência;
- Tentativas prévias e sem resultado com o tratamento do sistema familiar.

4- Fatores contextuais

- Falta de apoio do núcleo familiar ou de outros familiares;
- Falta de apoio de sistemas que oferecem suporte social como entidades religiosas ou comunitárias;
- Pobreza ou condições inadequadas de moradia ou “situações de/na rua” ou abandono social.

FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO

Os estudos sobre abuso demonstram que existem fatores que aumentam o risco de ocorrer o abuso ou a negligência de acordo com as dinâmicas que podem ser divididas em 4 níveis: individual, nas relações, da comunidade e da sociedade. Existem também, em cada um destes níveis, fatores de proteção que modificam ou reduzem os efeitos do abuso.

1- Nível Individual

A. Fatores de risco

1.1. História de vulnerabilidade dos pais

- Abuso ou maus tratos sofridos pelos pais
- Dificuldade de apego emocional na família;
- Desconhecimentos das necessidades de crianças ou adolescentes por falta de instrução ou imaturidade;
- Utilização de castigos violentos, supondo que os castigos físicos são aceitáveis;
- Doença física ou mental;
- Ausência de controle emocional (inclusive da raiva);
- Envolvimento em atividades criminais;
- Isolar-se da comunidade;
- Baixa auto-estima reforçada por não poder sustentar as necessidades dos filhos;
- Não conseguir ambiente seguro para criar as crianças ou os adolescentes não protegendo-os de pessoas ou situações perigosas;
- Ter dificuldades financeiras;
- Desemprego.

1.2 Fatores de vulnerabilidade para crianças e adolescentes serem vítimas de abuso ou negligência:

- Ser um bebê não desejado ou que não cumpriu com as expectativas e desejos dos pais;
- Ter necessidades especiais, ser prematura, ou ter uma doença crônica ou chorar muito;
- Ter características físicas que não permitam o desenvolvimento de um bom apego;
- Mostrar sintomas de doença mental ou problemas de comportamento, que podem ser consequência dos maus tratos;
- Ter temperamento percebido pelos pais como “difícil”

B. Fatores de Proteção

1.1 – Fatores Individuais

- Apego (conexão) seguro do bebê com o adulto ou pessoa que o/a cuida;
- Boa auto-estima do cuidador;
- Boa capacidade intelectual do cuidador;
- Boa capacidade de relacionar-se com outros;
- Fatores adicionais para os pais

- Conhecimento do desenvolvimento de crianças e adolescentes – das habilidades físicas e psicológicas destes a cada etapa;
- Sensibilidade às necessidades das crianças ou dos adolescentes na família;
- Habilidade de avaliar situações de risco para a criança ou adolescente;
- Habilidade de proteger menores em situações de violência.

2 Nível de Relações

A- Fatores de risco

Os fatores de vulnerabilidade neste nível podem se referir às relações na família, mas também com amigos e conhecidos.

- Condições de moradia inadequadas;
- Problemas de saúde física ou mental;
- Desintegração familiar que resulte em problemas de saúde mental, isolamento ou disputa sobre a custódia dos filhos;
- Papéis e responsabilidades relacionados com gênero que não demonstram respeito;
- Isolamento dentro da comunidade;
- Ausência de uma rede de apoio que possa ajudar em situações difíceis ou estressantes tais como: hospitalização e emergências;
- Discriminação étnica ou cultural;
- Envolvimento com sistemas criminosos ou violentos na comunidade.

B Fatores de proteção

Fatores que ajudam a desenvolver relações saudáveis incluem:

- Apoio entre os membros da família
- Limites claros;
- Regras e rotinas pré-estabelecidas e de fácil compreensão;
- Habilidade de resolver problemas de uma maneira amigável;
- Mobilização e ajuda em situações difíceis.

3 Nível da Comunidade

A Fatores de risco

As características de uma comunidade que aumentam o risco de abuso e negligência infanto-juvenil incluem:

- Tolerância de violência e de desigualdade sociais – incluindo as imagens na mídia;
- Falta de serviços para ajudar as famílias e instituições a lidar com necessidades especiais;
- Alto índice de desemprego;
- Pobreza;
- Comunidades instáveis, transitórias;
- Tráfico de drogas;

- Falta de políticas públicas e programas institucionais, o que contribui para facilitar o abuso e a negligência de crianças ou de adolescentes.

B Fatores de proteção

- Acesso a serviços de apoio comunitário é um importante fator de proteção;
- Serviços de apoio e informação sobre cuidado pré-natal e a missão de ser pais;
- Programas orientados às famílias vulneráveis e isoladas;
- Educação e serviços para cuidar de crianças a preços acessíveis;
- Famílias extensivas com membros morando perto (avôs, tios, primos);
- Lugares seguros e supervisionados onde crianças e jovens podem se encontrar (creches, escolas, clubes);
- Participação nas atividades extracurriculares;
- Iniciativas locais contra os maus tratos infanto-juvenis.

4 Nível da Sociedade

A. Fatores de risco

- Falta de políticas sócio-econômicas, de saúde e de educação que levam a condições de vida inadequadas e promovem a desigualdade social;
- Norma social e cultural que glorifica a violência – através da mídia (os jogos, as músicas);
- Impunidade ou penas inadequadas para os maus tratos infanto-juvenis e atividades tais como: prostituição e outros tipos de exploração infantil;
- Falta de colaboração entre setores visando a criar um sistema de prevenção contra o abuso e a negligência infanto-juvenis.

B Fatores de proteção

Fatores sociais de criam um clima de valorização e proteção incluem:

- Legislação que protege a criança e o adolescente e políticas públicas eficazes;
- Capacitação e criação de empregos;
- Opções para pais que têm que cuidar de uma criança doente;
- Legislação que assegure bom salário-mínimo, salário-desemprego, licença-maternidade remunerada;
- Campanhas sobre os direitos humanos e divulgação de Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Recursos para pôr e prática soluções criativas e eficientes para a prevenção do abuso e negligência de crianças e adolescentes.

A FAMÍLIA

A família é um contexto importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Várias dimensões do comportamento dos pais em relação à criança e do adolescente. Várias dimensões do comportamento dos pais em relação à criança podem ser significativas, incluindo o tom emocional da família, métodos de manter controle e os padrões de comunicação e diálogo.

As famílias que proporcionam altos níveis de afeto e são sensíveis às necessidades dos filhos fornecem um contexto onde se desenvolvem apegos seguros. As famílias que têm padrões de disciplina e de comunicação claros, que têm regras e que exigem o cumprimento consistente destas regras, têm filhos com maior auto-estima e competências para enfrentar situações adversas.

Os pais que têm estilo de educação dos filhos que inclui cuidado, comunicação e respeito terão mais possibilidades de terem crianças confiantes, competentes e independentes. Os resultados são mais negativos com pais negligentes que apresentam níveis muito baixos de afeto e cuidados, ou sem diálogo. É importante lembrar que esses estilos se manifestam de diferentes maneiras em diferentes culturas e classes sociais.

O sistema familiar influencia o desenvolvimento de diferentes maneiras. Isto inclui o modelo funcional interno de cada pai ou mãe, construído durante sua infância e baseado em como foi tratado por seus próprios pais. Esse modelo determina como a pessoa provavelmente irá se comportar no papel de pai ou mãe.

Além disso, a estrutura familiar tem um impacto sobre a família. Qualquer mudança na estrutura, como divórcio, separação, doenças, tende a produzir uma perturbação a curto prazo. Muitas vezes, o sistema se adapta à nova estrutura e o estilo disciplinar volta a ser o mesmo. Um exemplo é o desemprego que pode perturbar a família e diminuir as competências dos pais, além de mudar o estilo de vida da família pelos problemas econômicos. Essa perda, dependendo dos recursos pessoais dos pais, pode em comportamentos que terão um impacto negativo sobre as dinâmicas familiares – por exemplo: abuso de drogas e álcool.

Outra mudança poderia ser uma mãe voltando a trabalhar. O efeito pode ser positivo para as crianças, porque a mãe, muitas vezes, desenvolve uma imagem mais positiva de si mesma, e trata as crianças ou os adolescentes de uma maneira melhor. Outras vezes, o efeito é negativo por poder haver negligência.

Outras consequências de mudanças são as necessidades de se renegociarem as responsabilidades de cada membro da família. Qualquer impacto de uma mudança negativa sobre uma família pode ser reduzido pela existência de apoio e suporte suficiente na rede social dos pais.

Um outro aspecto a ser considerado é que o contexto familiar é considerado um contexto de alto risco (Intebi & Osnajanski, 2003) às crianças, devido a característica da própria família. Tais características são:

1. Membros “involuntários”, uma vez que as pessoas nascem em famílias e são considerados membros apenas aquelas que têm relações “consangüíneas”, outras são “excluídas”, assim como membros de um clube ou de qualquer organização.
2. Tempo de exposição ao risco: famílias passam muito tempo juntas e interagem mais entre si do que com muitas outras, durante diferentes etapas do ciclo de vida;

3. Intensidade do envolvimento dos membros da família: a intensidade emocional das relações na família que influenciam os padrões de comunicação e interação entre seus membros;
4. Padrões de intrusão (e exclusão): a interação em famílias são muitas vezes governadas por “scripts” (roteiros às vezes invisíveis) que envolvem histórias complexas de lealdade e dívidas que geram problemas de culpa e ressentimentos;
5. Privacidade: o conceito da privacidade da família e seus significados, e os limites entre o que é público e o que é privado, ainda que geram muitas controvérsias na sociedade;
6. Segurança: o mito de segurança na família interage com a idéia da privacidade em contextos que envolvem a família ainda vista como espaço de segurança celestial;
7. Direitos e influências: as brigas de poder nas famílias geram tensões, quando geralmente a pessoa mais dominadora tenta controlar;
8. Fatores do próprio ciclo de vida: a família tem membros de diferentes idades, gerações e gêneros, que possuem diferentes crenças e valores e que podem conflitar entre si. As transições em diferentes estágios da vida podem, também, gerar estresses dentro da própria família, pois seus membros precisam ajustar seus papéis e suas relações de acordo com as mudanças que ocorrem;
9. Fatores da família de origem: as pessoas possuem crenças e valores diferentes, principalmente em relação a “como” ser pai ou mãe, de acordo com a família de origem;
10. Fatores de estresse exógenos: as mudanças nas circunstâncias das famílias interagem com mudanças dentro da própria família e irão causar outras mudanças de papéis e de relacionamentos;
11. A construção social da família: os membros são pegos de surpresa em dilemas complexos em relação às descrições estereotipadas ou idiossincráticas de seus papéis ou relacionamentos e o que é prescrito no contexto social.

Diante, então, da importância de se entender a família em sua grande complexidade, aponta-se que a responsabilidade perante o abuso não é a responsabilidade de uma só pessoa. O abusador (fora ou dentro da família) é uma pessoa (na sua maioria um homem) que tem uma predisposição para abusar (devido a sua história pessoal relacionada com elementos gerais da sexualidade e costumes sociais) e que tem acesso à criança ou ao adolescente que, por muitas razões, não está sendo adequadamente protegido pela sua família.

Quando o abuso acontece, ocorre uma ligação que permanece em segredo ou silêncio sobre os atos abusivos que podem repetir-se até que se mobilizem fatores de inibição. Isto indica a importância, desde o início, de se avaliar a família e depois trabalhar com ela para assegurar que a criança ou o adolescente permaneça a salvo e distante do abusador.

As famílias incestuosas têm sido descritas como rígidas e patriarcais, mantidas por uma união frágil. Os pais de família podem ser descritos como dominantes, isto é, pessoas

que utilizam a força sobre as mulheres. Devido às posições enfraquecidas das mulheres/mães protetoras dentro dessas famílias, as filhas ficam em posições vulneráveis. Outras descrições dessas famílias retratam os homens como fracos e dominados pelas suas esposas. O pai então se volta até sua filha para encontrar uma parceira do mesmo nível emocional, especialmente se a esposa se nega a ter relações sexuais com ele.

Algumas descrições enfatizam a importância do segredo e a insegurança de todos os membros da família. Os pais, geralmente, tiveram histórias de abandono que significam que eles querem a todo preço manter a unidade familiar e temem o efeito da separação. O segredo serve para guardar a unidade familiar e fortalecer sua defesa.

AVALIAÇÃO DO ABUSO OU MAUS TRATOS

Diante, então, da importância da família no contexto do abuso e maus tratos infantis, é sempre necessário fazer uma avaliação da família utilizando diferentes técnicas e modalidades. Tais técnicas incluem entrevistas e observações e podem ser das seguintes modalidades: a família toda, díades (exemplo: mãe-criança, pai-criança) e tríades (exemplo: mãe-criança-irmão/irmã, mãe-criança-avó).

- As metas de avaliação da família devem ser:
- Avaliar se a família pode proteger a criança ou o adolescente contra futuros abusos ou maus tratos;
- Avaliar a reação dos familiares – onde colocam a responsabilidade e a culpa;
- Como percebem os efeitos do trauma sobre a criança e adolescente;
- Como pretendem dar apoio e suporte necessários;
- Avaliar todos os efeitos sobre a família, não só aspectos emocionais e cognitivos mais também materiais (por exemplo, quais serão os efeitos econômicos sobre a família se o pai ou padrasto tiver que sair de casa).

Vale notar que uma avaliação eficaz depende da colaboração das agências e instituições envolvidas com a criança ou adolescente e sua família, que têm a tarefa de tomar decisões importantes para promover a segurança e bem-estar da criança e do adolescente.

Os profissionais responsáveis pela avaliação devem colaborar coletando informação sobre a criança e o adolescente e seu contexto familiar e comunitário, inclusive quais são os aspectos positivos e negativos desses contextos, se houve preocupações anteriores sobre o bem-estar das crianças e adolescentes e quais foram as ações tomadas.

Estas informações conduzirão as decisões tomadas sobre o futuro das crianças e dos adolescentes. As agências/os profissionais que poderiam ter informações sobre a criança e o adolescente incluem: Serviços Sociais, ONGs, Serviços de Saúde, Polícia, Conselho Tutelar.

Quanto ao contexto de avaliação, deve-se atentar para os seguintes aspectos:

- Durante a avaliação realizada pelos profissionais responsáveis pelo bem-estar e segurança das crianças e adolescentes, por exemplo, conselheiros tutelares, em colaboração com outros profissionais envolvidos, tenta-se obter o maior número de informações possíveis sobre a família, sobre seus fatores de risco e resiliência.
- Deve-se entrevistar os membros da família separadamente, buscando identificar também os fatores de proteção existentes;
- Durante as entrevistas é preciso sempre tratar a família com respeito, e não comunicar, com palavras ou comunicação não verbal a avaliação do conteúdo das entrevistas;
- Os profissionais que entrevistam devem evitar o comportamento defensivo por parte da família;
- Os profissionais devem fazer uma avaliação imparcial do conteúdo das entrevistas durante as quais deve ser avaliado:
 - A natureza e tamanho dos riscos para as crianças e adolescentes;
 - Os serviços e as intervenções que poderiam ajudar a manter as crianças e adolescentes dentro da família;
 - As ações necessárias para assegurar o bem estar das crianças e adolescentes sem tirá-los do contexto familiar;
 - A estrutura e dinâmica familiar;
 - A história da família (com relação à saúde e doenças dos familiares; consumo de drogas, álcool, violência e criminalidade entre as gerações);
 - Situação sócio-econômica da família

Outros aspectos a serem avaliados

- Percepções dos integrantes da família sobre a situação atual;
- Pontos fortes e fracos dos cuidadores;
- Motivos para mudanças e recursos de ajuda;
- A compreensão de sua própria criação e idealização do que é uma família;
- Diferença entre percepção de si mesmo e dos outros em seu contexto familiar.

PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

O abuso e maus tratos infanto-juvenis podem ser prevenidos se adotarmos uma abordagem de saúde pública baseada nas necessidades das crianças e dos adolescentes, com enfoque na comunidade e que seja multissetorial. Cada setor deve contribuir com serviços que apoiem as famílias sem julgá-las e que sejam adaptados às necessidades dos indivíduos.

As famílias variam entre si durante as etapas do ciclo vital – algumas famílias têm dificuldades em cuidar de bebês, outras de cuidar de adolescentes. Se os recursos da comunidade são limitados, é preciso priorizar os programas de apoio para as famílias com o maior número de fatores de risco e com poucos recursos para enfrentar esses riscos. Prioridade deve ser dada aos programas que são orientados a desenvolver as capacidades dos pais para cuidar das crianças ou dos adolescentes dentro da família.

O modelo de saúde identifica três níveis de intervenção:

- 1- Universal ou promoção da saúde;
- 2- Seletiva, antes que aconteça o abuso ou a negligência;
- 3- Indicada, depois do abuso, visando a minimizar o efeito dos maus tratos.

AS INTERVENÇÕES UNIVERSAIS

As intervenções universais são um aspecto importante da prevenção porque promovem a proteção de crianças e de adolescentes contra o abuso e negligência de maneira geral na comunidade. Essas intervenções previnem o abuso e maus tratos influenciando crenças sócio-culturais e ensinando como cuidar das crianças e adolescentes e como valorizá-los.

As intervenções a este nível envolvem trabalho comunitário, programas educativos e campanhas pela mídia.

As intervenções universais incluem:

- Programas orientados para melhorar o rendimento escolar e relacionamento social entre os alunos – inclusive ensinar técnicas de solucionar conflitos e lidar com a raiva;
- Programas educativos sobre o perigo do uso das drogas;
- Programas para jovens que esclareçam sobre as necessidades emocionais e físicas das crianças, antes que se decidam a se tornar pais, para a prevenção da gravidez indesejada;
- Programas de avaliação das famílias e de seu estado de saúde físico, emocional para oferecer o apoio necessário, antes do nascimento do bebê;
- Cursos pré-natais para que os pais se informem sobre as necessidades de seu filho antes do nascimento e desenvolvam uma atitude saudável para com o recém-nascido;
- Cuidados pré-natais e orientações para uma gravidez saudável e visando a desenvolver um lar seguro para o bebê;
- Serviços de saúde pré e pós natal para que adultos que são pais pela primeira vez, obtenham conhecimentos necessários para a missão;
- Programas educativos para pais sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, e as técnicas adequadas para assegurar o desenvolvimento físico, emocional e social saudável de seus filhos – incluindo nutrição, técnicas de disciplina, expectativas adequadas sobre as capacidades e necessidades das crianças ou os adolescentes a cada etapa do desenvolvimento, técnicas de comunicação com crianças e adolescentes, supervisão, serviços e apoios comunitários;
- Programas educativos sobre aspectos práticos – como administrar seu dinheiro, possibilidades de emprego, como manter sua casa e a preparação de alimentos;
- Programas de visitação das mães por profissionais de apoio social ou membros da comunidade;
- Controle de saúde para todos os membros da família;
- Possibilidades de cuidado alternativo das crianças para dar um descanso à família ou possibilitar que pais trabalhem em creches comunitárias;

- Centro onde os pais podem ir com suas crianças para compartilhar com outros pais e onde há atividades organizadas para as crianças e seus pais;
- Programa de recreação familiar – esportes, música, teatro;
- Programas culturais e de lazer para ajudar a lidar com o estresse da vida diária;
- Programas que ajudem identificar as bases de apoio – centro de informação, grupos formais e informais (igreja, creche, escola dos pais);
- Campanhas para esclarecer sobre as necessidades e vulnerabilidades das crianças e adolescentes;
- Como aumentar a capacidade dos pais e dos cuidadores para melhorar sua capacidade de proteção e criar um contexto saudável para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes;
- Informar que toda a forma de maus tratos infantis é inaceitável, e viola os direitos humanos, a dignidade e integridade como cidadão de um país.

As intervenções seletivas incluem

- Identificar as crianças ou os adolescentes e as famílias vulneráveis (acumulação de fatores de risco) na etapa pré-natal e com acompanhamento após o parto;
- Visitar regularmente as famílias que precisam de apoio, ou onde há risco identificado de abuso ou de negligência;
- Grupos de apoio e programas terapêuticos para crianças e adolescentes vulneráveis e adultos que estão atravessando uma etapa difícil (divórcio, separação, problemas de saúde mental, isolamento);
- Programas de intervenção junto à pessoa que está exposta a muitos fatores de risco para abusar ou maltratar;
- Programas de apoio a pessoas com comportamento anti-social que deverão ser apoiadas por uma pessoa responsável da comunidade que atuará como modelo;
- Programas escolares que incluam serviços de cuidar das crianças e adolescentes, antes e depois das aulas;
- Campanhas de mídia direcionadas para pessoas que têm predisposição para abusar ou maltratar visando a que se identifiquem e se tornem parte da solução.

As intervenções indicadas incluem

- Essas intervenções acontecem para minimizar as consequências de maus tratos cometidos a crianças e adolescentes e suas famílias e para prevenir futuros acontecimentos de abuso ou de negligência;
- Um exemplo de intervenção a este nível seria oferecer terapia aos pais que maltratam seus filhos;
- A intervenção indicada tem melhores resultados quando o diagnóstico do abuso ou da negligência é feita de imediato e quando existe uma abordagem multissetorial e multidisciplinar, para que as vítimas e suas famílias recebam tanto atenção médica quanto serviços de apoio e terapia;
- As intervenções indicadas devem ser oferecidas a todas as vítimas de abuso e negligência, suas famílias e ao agressor, para prevenir futuros acontecimentos e romper o ciclo abusivo;
- Serviços de emergências que funcionam 24 horas;
- Serviços de tratamento para vítimas e agressores individual, grupal e familiar;
- Assistência às vítimas e as demais pessoas envolvidas no processo;

- Processo o (a) agressor(a), assegurando não só o processo legal penal mais também investindo em recursos para minimizar futuros acontecimentos do problema;
- Separar a criança ou o adolescente de sua família para prevenir maus tratos ou se os pais não querem mais cuidar da criança ou do adolescente;
- Ter alternativas institucionais adequadas ou casas de abrigo para as crianças e adolescentes que não podem ficar nas suas famílias.

REFERÊNCIAS

Adcock, M. & White R. (1998) Significant Harm: its management and outcome. Significant Publications. UK.

Belsky, J. (1980). Child Maltreatment An Ecological Integration. American Psychologist, 35,320-335.

Belsky J. (1993). Aetiology of Child Maltreatment: A Developmental-Ecological analysis. Psychological Bulletin, 114: 413-434.

Bronfenbrenner, U. (1979). The Ecology of human development. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Gabarino, J., Stott, F.M. and the Faculty of the Erickson Institute. (eds). 1989. What children can tell us. Jossey Bass: New York.

Herzberger, S. D. (1996) Violence Within the Family: Social Psychological Perspectives. Brown and Benchmark Publishers: USA.

Intebi, I. V. (1998). Abuso Sexual Infantil en las Mejores Familias. Granica: Barcelona.

Intebi, I. V.; Osnajanski, N. (2003). Cuadernos de Capacitación: Maltrato de Niños v Adolescentes – Familias del Nuevo Sigio. Buenos Aires.